



b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

SIDNEI ANTUNES RIBEIRO
Gestor Financeiro

RAQUEL MARIA FERRO NOGUEIRA
Coordenadora de Controle Interno e Auditoria

BELA. SILVANI MAIA RESENDE SANTANA
Diretora Geral

Des. RAIMUNDO EUFRÁSIO ALVES FILHO
Presidente do Tribunal

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL
DE SERGIPE**

PORTARIA Nº 777, DE 24 DE SETEMBRO DE 2010

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, Des. Luiz Antônio Araujo Mendonça, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17, XXXIV, do Regimento Interno e considerando o disposto nos artigos 54, III e parágrafo único c/c 55, I, "a", § 1º e § 2º da Lei Complementar 101 - LRF, de 4/5/00, publicada no D.O.U., Seção 1, de 5/5/00 e o teor da Portaria 462, de 5/08/09, da Secretaria do Tesouro Nacional, publicada no D.O.U., Seção 1, de 10/08/09, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal referente ao período de setembro/2009 a agosto/2010, constantes do anexo desta portaria.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Des. LUIZ ANTÔNIO ARAUJO MENDONÇA

ANEXOS

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2009 A AGOSTO DE 2010
RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R\$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO-PRO- CESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	50.537	
Pessoal Ativo	42.679	
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)		
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)		
Demais Despesas com Pessoal Ativo	42.679	
Pessoal Inativo e Pensionista	7.858	
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)		
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)		
Outras Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	7.858	
Outras despesas de pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art.18 da LRF)		
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art.19 da LRF) (II)	9.828	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		
Decorrentes de Decisão Judicial		
Despesas de Exercícios Anteriores	2.522	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	7.307	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	40.709	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa + IIIb)		40.709
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)¹		479.816.372
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100		0,008484
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) 0,014168		67.980
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) 0,013459		64.578

Fonte: SIAFI e COFIN/TRE-SE

¹Valores referentes à Portaria Nº 530, de 16/9/2010.

Nota:

Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento

do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também conside-

radas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega de material ou serviço, nos

termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas as liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

Aracaju, 27 de setembro de 2010
VÂNIA MARIA NASCIMENTO LIMA ROLEMBERG
Secretária de Administração e Orçamento

RUBENS LISBOA MACIEL FILHO
Coordenador de Controle Interno e Auditoria

GERALDA CRISTINA DA SILVA MENEZES BEZERRA
Diretora-Geral

Des. LUIZ ANTÔNIO ARAUJO MENDONÇA
Presidente do Tribunal

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO
3ª REGIÃO**

PORTARIA Nº 52, DE 23 DE SETEMBRO DE 2010

O Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, resolve:

Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça do Trabalho da Terceira Região, do 2º quadrimestre de 2010, em anexo, nos termos do inciso III e parágrafo único do art. 54 e do § 2º do art. 55, da Lei Complementar Nº 101, de 04 de maio de 2000.

Des. EDUARDO AUGUSTO LOBATO

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2009 A AGOSTO/2010
DEMONSTRATIVO DA DESPESA DE PESSOAL
RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R\$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)		
	Liquidadas (a)	Inscritas em Restos a Pagar Não Processa- dos (b)	Total (c)=(a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.092.428	1.145	1.093.573
Pessoal Ativo	776.579	848	777.427
Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão)	5		5
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	9.319	167	9.486
Demais Despesas com Pessoal Ativo	767.255	681	767.936
Pessoal Inativo e Pensionistas	315.849	297	316.146
Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão)	397		397
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)			
Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	315.452	297	315.749
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)			
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	401.457	546	402.003
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária			
Decorrentes de Decisão Judicial	9.324	167	9.491
Despesas de Exercícios Anteriores	81.020	379	81.399
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	311.113		311.113
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL III=(I-II)	690.971	599	691.570
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			479.816.372
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (IIIc/IV)*100	0,144007%	0,000125%	0,144132%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) 0,334678%			1.605.840
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) 0,317944%			1.525.548

FONTE: SIAFI2009/2010 - TRT3/DSAOC/SRCA

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

2) Devido à impossibilidade de se segregar os valores entre Ativos, Inativos e Pensionistas, quanto às Sentenças Judiciais com Precatórios (do próprio órgão e de Outros da Administração Direta), todo o saldo foi lançado como Pessoal Ativo.

3) No item "Sentenças Judiciais com Precatórios (do próprio órgão e de Outros da Adm. Direta)", o valor de R\$4.056 (em milhares de reais) refere-se a Precatórios e R\$5.430 (em milhares de reais) refere-se a Sentenças de Pequeno Valor (SPV).

4) Este Regional executou, em milhares de reais, R\$897 referente a Precatórios da Administração Indireta - Autarquias e Fundações, que recebeu através de destaque no orçamento e que neste relatório não estão incluídos na despesa com pessoal.

Des. EDUARDO AUGUSTO LOBATO
Presidente do Tribunal

LINA MARIA PINTO GONÇALVES
Ordenadora de Despesas

HERCE MARTINS PONTES
Diretor da Secretaria de Coordenação Financeira

GERALDO MAGELA FERNANDES DE SOUZA
Chefe do Núcleo de Controle Interno